

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Produção de petróleo em terra cai 50%	2
Título: Privatização da Eletrobrás pode seguir modelo da BR	3
Título: Onshore no País estava ‘hibernado’, diz secretário	4
VEÍCULO: O Globo	5
Título: O petróleo vai voltar a ajudar	5
Título: Haja luz	6
Título: Oposição pedirá impeachment de presidente e vice paraguaios	6
Título: Garimpo, cobiça e pobreza na terra ianomâmi	7
Título: Tensão impera entre índios, garimpeiros e militares	10
Título: Má administração e corrupção têm de ser superadas	12

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/08/2019****Seção: Economia****Autor: Cristian Favaro****Título: Produção de petróleo em terra cai 50%**

Ao priorizar o pré-sal, Petrobrás reduz extração "onshore" de 209 mil para 107 mil barris diários em 20 anos; áreas atraem empresas menores

A capacidade da Petrobrás na exploração no mar, somada à crise da petroleira, colocou em segundo plano a produção de petróleo em terra firme. Recentemente, a empresa oficializou seu objetivo de atuar em águas profundas e colocou à venda centenas de áreas de produção. O efeito, entretanto, já havia sido sentido: a produção de petróleo em terra do Brasil, o chamado onshore, caiu pela metade entre 2000 e 2019. A exploração em terra é concentrada sobretudo no Nordeste, que abriga mais de 80% das reservas provadas do Brasil e 70% da produção. Dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) mostram que a produção desse segmento caiu da média de 209,1 mil barris de petróleo por dia, no ano 2000, para 107,4 mil barris diários, em 2019 (média de 12 meses até maio).

Na direção oposta, alavancada pelo pré-sal, a produção total brasileira mais do que dobrou no mesmo período, de 1,2 milhão de barris para 2,6 milhões de barris por dia. "O Rio Grande do Norte chegou a produzir 60 mil barris por dia", diz Gutemberg Dias, presidente da Redepetro RN, entidade com sede em Mossoró que reúne empresas da cadeia produtiva do petróleo no Estado. "Hoje, são 38 mil barris. Infelizmente, várias empresas fecharam as portas." Segundo a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (Abpip), se a estatal tivesse o mesmo ritmo de crescimento dos concorrentes privados nas bacias de Recôncavo, Sergipe/Alagoas, Potiguar e Espírito Santo, ela teria produzido 311,8 milhões de barris em terra a mais, em quase duas décadas.

Carência. Para a entidade, ter colocado a exploração em terra firme em segundo plano tirou R\$ 11,8 bilhões em investimentos na região, o que poderia ter gerado até R\$ 1,2 bilhão em royalties a municípios do interior nordestino. A estimativa indica que 386 mil postos de trabalho poderiam ter sido criados. Segundo Anabal Santos Júnior, secretário executivo da Abpip, a posição praticamente monopolista da Petrobrás é a razão para a derrocada do petróleo em terra firme. Para ele, o Brasil tem um grande potencial a ser explorado, já que o País concentra uma das maiores áreas em bacias sedimentares do mundo. A escolha da Petrobrás pelo mar, porém, pode ser explicada em números. Em média, um poço em terra produz 15 barris por dia no Brasil.

No pré-sal, o volume diário alcança 40 mil. Ou seja: um único poço em águas profundas produz mais que toda a extração onshore da Bahia ou do Rio Grande do Norte. Competição. A menor produtividade, porém, não inviabiliza a produção em solo firme – e a atividade se mostra particularmente atraente a empresas menores. Enquanto o petróleo é encontrado a poucas centenas de metros em terra, no mar os poços podem superar seis quilômetros de profundidade. Mais barata, a extração onshore é um negócio que atrai pequenas e médias empresas. Seu potencial de gerar receita cresce com a escala. Enquanto o Brasil tem cerca de 23 mil poços perfurados em terra, nos Estados Unidos o número está na casa dos 2 milhões.

Diante de medidas de incentivo ao setor, há poços viáveis e lucrativos com produção de apenas um barril por dia nos EUA, algo difícil no Brasil por causa da legislação, segundo especialistas. A demanda para que campos terrestres da Petrobrás sejam oferecidos a operadores privados é uma briga antiga da Abpip. Em 2016, a estatal divulgou a inclusão de bacias terrestres maduras dentro do seu programa de vendas. Três anos e diversas prorrogações depois, a meta ganhou velocidade apenas após setembro, quando a ANP selecionou 254 campos para que a Petrobrás decidisse se voltaria a investir ou se devolveria para serem vendidos à iniciativa privada. A Petrobrás decidiu ficar com 71 e vender 183.

Procurada, a Petrobrás apenas confirmou o processo de venda de 183 concessões e disse que "essa operação está alinhada à otimização do portfólio e à melhoria de alocação do capital da companhia, visando à geração de valor para os nossos acionistas".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/08/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães

Título: Privatização da Eletrobrás pode seguir modelo da BR

Coluna do broadcast

O modelo da privatização da Eletrobrás ainda não está definido, mas bancos de investimento já se reúnem com a companhia. A União controla a Eletrobrás, com 51% das ações com direito a voto. Ainda há dúvida entre uma oferta primária, com emissão de novas ações, ou a abertura de capital de uma nova empresa, fruto de uma cisão de ativos. A segunda opção é discutida porque algumas das empresas da Eletrobrás devem permanecer públicas, como Itaipu e Eletronuclear. Bancos defendem o modelo da oferta da BR Distribuidora, cujo controle foi vendido em oferta subsequente (follow on) e criou novo modelo de

negócio, no qual a empresa tem capital pulverizado, com uma estatal como acionista minoritário. Procurada, a Eletrobrás não comentou.

» Hot. Entre gestores, a percepção, é de que haverá interesse na oferta bilionária da companhia elétrica, diante do elevado interesse dos investidores no setor de energia, que atraiu cerca de R\$ 10 bilhões em investimentos em três ofertas recentes – Neoenergia, CPFL Energia e Light – em um prazo de um mês.

» Exemplo. Na BR Distribuidora, a venda das ações foi secundária, ou seja, a Petrobrás se desfez de sua participação e embolsou mais de R\$ 9 bilhões ao diminuir sua fatia para cerca de 37%. Para essa privatização realizada na Bolsa, a BR teve antes que alterar seu estatuto. Não precisou, ainda, de aprovação do Congresso, o que será necessário na Eletrobras.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/08/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Onshore no País estava 'hibernado', diz secretário

Diante do declínio da produção de petróleo em terra no Brasil, **o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério das Minas e energia, Márcio Félix**, afirma que o onshore brasileiro estava "hibernado". "Agora temos a diminuição de royalties para incentivar campos maduros, possibilidade de as empresas usarem reservas como garantias e a oferta permanente." Hoje, 600 áreas estão na oferta permanente, mas o potencial é chegar a 2 mil áreas.

Segundo Félix, com as mudanças, a produção em terra deve atingir 500 mil barris de petróleo por dia até 2030, mais de quatro vezes acima dos 111,4 mil barris de 2018. Em agosto, o governo deve lançar o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate 2020), nova versão do divulgado em 2017. Há dois anos, a promessa era de que a produção em terra triplicaria até 2030, para 500 mil barris por dia.

Desde então, entretanto, os números mostraram tendência contrária. José Fernando de Freitas, chefe da coordenadoria de Áreas Terrestres da Agência Nacional do Petróleo (ANP), reforça que ANP tem buscado modernizar regras e atrair novas empresas para o setor. / C.F.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)****Título: O petróleo vai voltar a ajudar**

A Petrobras cortou quase à metade sua projeção de investimento este ano, como estratégia para reduzir o endividamento, e isso ajuda a entender a fraqueza da economia em 2019. O setor de petróleo passa por um período de transição, com a diminuição da nossa maior empresa, e o crescimento de outras companhias, que vão ocupar esse espaço.

Para os próximos anos, a expectativa é de forte recuperação do setor. Até 2021, a Agência Nacional do Petróleo projeta que os investimentos em produção de petróleo vão dobrar, saltando de R\$ 48 bilhões para R\$ 115 bi. "O setor ficou muitos anos sem rodadas de licitação e isso afetou os investimentos. Mas a expectativa agora é de forte alta nos próximos dois anos", explicou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Várias medidas, como a volta dos leilões no governo Temer, já estão provocando aumentos de produção, o que vai se acentuar a partir de 2023, segundo a ANP.

Já o leilão da cessão onerosa do pré-sal, marcado para novembro, pode ter resultados ainda mais rápidos. "Há um conjunto de medidas sendo feito: venda de refinarias, abertura do setor de gás, saída da Petrobras das distribuidoras, leilões. Os investimentos virão principalmente em exploração e produção, mas de forma crescente em gás e também em abastecimento", completou Décio Oddone.

FORÇA DO PRE-SAL

A produção do pré-sal bateu novo recorde, como divulgou a ANP esta semana, chegando a 1,94 milhão de barris de óleo equivalente em junho, cerca de 60% da produção total. Com os ganhos de escala, os custos de extração do óleo recuaram para a casa de US\$ 30. Há 10 anos, quando os principais campos foram descobertos, essa era uma das maiores incertezas sobre a viabilidade do pré-sal. Na época, os cálculos eram de que os custos ficariam em torno de US\$ 55, o que poderia dificultar a exploração.

A colunista volta na terça-feira.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/08/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Haja luz**

Ainda é cedo para botar as cartas na mesa. Mas quem conhece a Eletrobras por dentro garante que a 3G Capital, dos cariocas Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira e Marcel Telles, larga na frente na privatização da estatal.

VEÍCULO: O Globo**Data: 04/08/2019****Seção: O Mundo****Autor: JANAÍNA FIGUEIREDO****Título: Oposição pedirá impeachment de presidente e vice paraguaios**

Acordo sobre energia de Itaipu está no centro da crise política no país

O presidente do Partido Liberal do Paraguai, Efraín Alegre, um dos principais líderes da oposição no país, anunciou que apresentará amanhã o pedido de impeachment do presidente Mario Abdo Benítez; seu vice, Hugo Velázquez; e do ministro da Fazenda, Benigno López, por suposta traição à pátria. Os três são acusados pela oposição de terem escondido informação relacionada às negociações com o Brasil, num acordo em que o Paraguai pagaria mais pela energia produzida pela hidrelétrica binacional de Itaipu.

Até quinta-feira passada, a iniciativa contava com o respaldo de um setor do governista Partido Colorado, que acabou mudando de posição após os governos do Brasil e do Paraguai terem anulado o acordo selado em maio passado, que desencadeou a crise. Na opinião do Partido Liberal, o recuo não muda o fato de que o presidente e seu vice firmaram um entendimento que era secreto até a semana passada e ia contra demandas históricas do Paraguai.

— Na próxima segunda (hoje) apresentaremos o pedido de impeachment, e a História lembrará de todos (os três acusados) com vergonha — disse Alegre ao GLOBO.

Segundo o líder opositor, "os votos (necessários para aprovar o pedido) serão vistos no processo".

— Isso está apenas começando — enfatizou Alegre.

O Judiciário está investigando o caso. Ontem, o advogado José Rodríguez González, que em mensagens enviadas ao ex-presidente da Ande (a Eletrobrás local, envolvida nas negociações sobre Itaipu) se apresentava como representante do vice-presidente, prestou depoimento em Assunção.

Segundo analistas locais, a oposição não teria os votos necessários para aprovar o pedido de impeachment, mas o Partido Liberal espera que o avanço das investigações nos tribunais locais elevem a pressão sobre deputados e senadores e compliquem a situação do presidente.

Também prestou depoimento Pedro Ferreira, o ex-presidente da Ande que renunciou ao cargo semana passada por divergências sobre a ata diplomática assinada em maio, em Brasília. Ferreira questionou a exclusão do ponto 6 do acordo, que previa que a Ande começasse a vender energia no mercado brasileiro.

Segundo o ex-presidente da estatal, comentaram fontes da Ande, o objetivo da exclusão seria favorecer o grupo brasileiro Leros, que enviou uma carta de intenção para participar da futura licitação de energia paraguaia. Ainda de acordo com a fonte, foi pedido a Ferreira que a Leros tivesse exclusividade, mas o presidente da Ande negou-se e, quando soube que o ponto 6 fora retirado do acordo, pediu demissão. Ouvida pelo GLOBO, a Leros nega qualquer pedido de favorecimento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/08/2019

Seção: O País

Autor: VINICIUS SASSINE

Título: Garimpo, cobiça e pobreza na terra ianomâmi

EXTRAÇÃO ILEGAL DE OURO NA MAIOR RESERVA INDÍGENA DO PAÍS ATRAI ATÉ 15 MIL HOMENS E DEIXA RASTRO DE DESTRUIÇÃO

Aos 57 anos, "Irmão" viu-se sozinho e com quatro filhos pequenos para criar. Morador da Ilha da Fazenda, um vilarejo com 80 casas encravado no Rio Xingu, no Pará, há 15 meses ele decidiu deixar as crianças com a avó. Foi tentar a sorte num garimpo ilegal a 1.500 quilômetros de sua família, no coração da terra indígena ianomâmi, a maior do Brasil, em uma área da floresta amazônica em Roraima. A poucos metros de sua casa, a mineradora canadense Belo Sun se preparava para começar a extração de ouro, mas "Irmão" não via chance de emprego.

—Eu mal sei assinar meu nome —diz.

"Irmão" é como ele é chamado no garimpo ilegal em que trabalha na terra indígena. Lá, todos se conhecem por apelidos. Filho de garimpeiro, ele seguiu seu irmão, com quem compartilha o ofício, e que está há mais tempo trabalhando em um barranco à beira do Rio Uraricoera. "Irmão" está no Mucajaí, um rio próximo. Os dois buscam os gramas de ouro com as mãos.

A nova corrida pelo ouro se dá em paralelo ao anúncio do presidente Jair Bolsonaro de que pretende legalizar a exploração mineral em áreas indígenas. Na reserva ianomâmi, a ação ocorre hoje nesses dois rios (Uraricoera e Mucajaí), que também são os mais importantes para seu povo.

Garimpam ali, pelas estimativas das lideranças indígenas e dos próprios garimpeiros, de 10 mil a 15 mil pessoas, num universo de tensões, violência, conflitos e destruição ambiental. Já os ianomâmis são cerca de 23 mil vivendo em Roraima e no Amazonas.

O GLOBO esteve durante quatro dias na terra indígena ianomâmi e subiu o Rio Mucajaí. O rio é largo, curvilíneo e margeado por uma exuberante floresta. Tem águas mais turvas do que o comum para o atual período de chuvas, um indicativo da atividade garimpeira na região. Os invasores sobem o rio em canoas de médio porte e motores potentes, por dias, para chegar às áreas de exploração de ouro. Uma fumaça na mata, um banco de areia na margem ou um motor exposto, sugando a água do rio, são os sinais mais óbvios de que, naquele lugar, está em operação um garimpo ilegal. Pelo ar rasgam, o tempo todo, pequenos aviões carregados de gente e ouro. A mata densa esconde trabalhadores abrigados sob a lona. Quando estão trabalhando, eles submergem nas crateras abertas após o desmatamento. Dali, sairá o metal cobiçado: o ouro.

CHEGADA DE VENEZUELANOS

No fim da década de 1980, pistas clandestinas de pouso e decolagem de avionetas rasgaram a terra dos ianomâmi e a quantidade de garimpeiros no local explodiu. Chegou a 40 mil pessoas. Ao longo das décadas, a febre do ouro na reserva teve altos e baixos. Hoje, com a nova leva de exploração, os ianomâmi estão pressionados pelo garimpo, com o mercúrio correndo nos rios. E os garimpeiros — ora pobres, ora miseráveis — tentam a subsistência e a fortuna. Em Boa Vista, a capital mais próxima, outro drama torna o cenário mais desolador: com a chegada de milhares de refugiados venezuelanos, o emprego não qualificado rareia.

A 115 quilômetros da reserva, Boa Vista ergueu um Monumento ao Garimpeiro, no centro da cidade. Roraima tem 35 mil garimpeiros, todos eles na ilegalidade e com atuação focada na terra ianomâmi.

A febre do ouro levou a uma reação do Estado, suficiente para sufocar o fluxo de entrada de novos garimpeiros na reserva indígena, mas ínfima no intento de reverter o problema e tirar do local os que ali estão.

Há um ano, a Polícia Federal (PF) deflagrou operação para combater o garimpo ilegal na terra ianomâmi, com foco nos grandes exploradores de ouro, donos de aviões e máquinas. Quase 30 pessoas foram presas e 18 aviões, apreendidos. Entre os investigados, um dono de garimpo já condenado por genocídio de 16 ianomâmis em 1993.

Há dois meses, uma operação do Exército destruiu pontos de exploração de ouro na terra ianomâmi e reativou postos de controle. Consistem em uma corda de ponta a ponta de cada um dos dois rios e bases com jovens militares armados. Os soldados só chegam aos focos de garimpo em transporte aéreo.

Apesar da operação do Exército, os "tatuzões" seguem operando. É muito comum a presença de índios na condução dos barcos de garimpeiros e relatos de pagamentos a representantes dessas aldeias, para que se siga rio acima e entre na mata em busca do ouro. Nos portos improvisados, boa parte dos índios passa os dias alcoolizada.

Cada "tatuzão" é operado por cinco ou seis garimpeiros. A água é bombeada do rio, carregada para valas gigantes abertas e usada para lavar a terra, empurrada para uma caixa que retém as partículas de ouro presentes. Dias depois, os garimpeiros "batem" os tapetes onde o minério fica retido. E aí entra o mercúrio: para agrupar as partículas. Logo depois, é descartado na água, que volta para o rio. O ouro é queimado, o mercúrio evapora — esta é a etapa mais tóxica — e retorna à forma líquida. E cai na água de onde os ianomâmis retiram parte de sua comida.

Os garimpeiros passam os dias na selva. Tomam banho com água da chuva. Dormem em redes. Padecem de malária e leishmaniose. E de crack e cocaína também.

"Irmão" trabalhou três dias seguidos para receber oito gramas de ouro. Cunha, de 43 anos, integra o grupo de "Irmão" no barranco. Recebeu os mesmos oito gramas. A divisão é praticamente cartelizada: o dono do "tatuzão" fica com 70% do ouro; os trabalhadores dividem os outros 30%. E ninguém reclama.

A partilha do ouro, depois da extração e da queima, é tensa. Ninguém quer ser passado para trás. Quando chega aos acampamentos, a comida tem um preço altamente inflacionado: um quilo de carne custam um grama de ouro; uma caixa de cerveja, um grama e meio. O dinheiro perde o valor. Se o câmbio fosse

relevante ali, um grama equivaleria a algo como R\$ 130. O ouro pode render até R\$ 10 mil num mês a um garimpeiro mais braçal.

— É dez mil vezes melhor do que na cidade. Ganho para ter minha caminhonete, minha casa e meus filhos na escola e fora do garimpo — diz Cunha, que já explorou ouro ilegal na Venezuela, nas Guianas e no Suriname.

"Irmão" planeja voltar à Ilha da Fazenda, no Pará, só em janeiro do ano que vem. É para quando está previsto um novo cadastro dos moradores do vilarejo pela mineradora Belo Sun, que quer explorar cinco toneladas de ouro por ano, ao longo de pelo menos 12 anos. Populações indígenas serão diretamente impactadas e vêm se opondo ao projeto. "Irmão" quer sair da ilha e ser indenizado. Isto se, de fato, deixar a terra ianomâmi.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/08/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Tensão impera entre índios, garimpeiros e militares

CONFLITOS ARMADOS E ATÉ MESMO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CORPOS EM BARCOS SÃO COMUNS NO LOCAL

O clima era tenso no amanhecer da última quinta-feira na reserva ianomâmi, em Roraima. Horas antes, cinco barcos com garimpeiros decidiram acelerar e romper o cordão de isolamento estendido pelo Exército, ainda no começo do rio Mucajaí. A ação chamou a atenção dos militares que vigiavam o local e eles se colocaram em alerta.

A notícia da tentativa de furar o bloqueio se espalhou pelos acampamentos do local e provocou reações de revolta entre outros garimpeiros. Isso porque, a partir de então, ficaria mais difícil subir até os pontos mais movimentados do garimpo ilegal devido ao aumento da vigilância.

Na madrugada, os barcos tinham esperado os refletores se apagarem, o que costuma ocorrer por volta da meia-noite, para acelerar em direção ao garimpo. A atuação dos garimpeiros ilegais no local costuma ser mais discreta.

A tensão presente naquele dia, no entanto, não era exceção. Não raro, invasores da terra ianomâmi brigam entre si. Em relação aos militares do Exército, o sentimento também é de extrema animosidade. Garimpeiros dizem sofrer agressão verbal e física; afirmam ser comum que militares escondam o rosto e o nome na farda; e fazem relatos, inclusive, de desvio do ouro

apreendido. O Exército afirma já ter instaurado três sindicâncias este ano para apurar denúncias, todas elas arquivadas por falta de provas.

ÍNDIOS ARMADOS

A tensão vai além do embate entre o Estado, materializado na figura dos militares que patrulham o começo do rio, e os garimpeiros. E dos garimpeiros entre si. Há também índios armados. Algumas aldeias permitem a presença dos garimpeiros, mediante pagamento pela estadia. Outras, não. E reagem de forma violenta em situações de visitas indesejadas.

Também é comum garimpeiros circularem com armas na cintura. Os conflitos são frequentes. Uma desavença por ouro, ou por um motivo fútil decorrente de uma bebedeira, é facilmente resolvida a bala. Há influência de facções criminosas nos garimpos ao longo do rio Uraricoera, sem dominação, segundo os próprios trabalhadores. O Uraricoera é considerado mais perigoso e violento do que o Mucajaí. É mais extenso, de difícil acesso e tem mais ouro, segundo garimpeiros.

A violência é tão presente — na mesma proporção do isolamento e da desassistência — que passou a existir a figura do barqueiro transportador de corpos. Ele sobe os rios para buscar pessoas mortas no garimpo. O serviço custa R\$ 7 mil, pagos pela família que não quer ver o parente enterrado clandestinamente na floresta.

—Se roubar, morre. Esta é a lei do garimpo — costumam repetir garimpeiros que exploram a terra indígena ianomâmi.

Um animal morto, preso a um galho no rio, já suscita uma dúvida entre ocupantes de barcos que cruzam o rio:

— É bicho ou gente? Tem rabo. É bicho.

A violência aumenta à medida em que a exploração de ouro avança. Se há uma quantidade maior de máquinas enfileiradas, lavando a terra, são maiores as chances de garimpeiros estarem armados.

Os pontos de encontro são as chamadas "currutelas". Muitas delas estão desativadas, diante da relativa asfixia ao garimpo a partir da retomada dos controles pelo Exército. Outras permanecem. Muito do ouro extraído é gasto com as "plocs" —as prostitutas do garimpo.

Desde janeiro, 3 mil garimpeiros desceram os rios de volta para suas casas, segundo um cálculo do Exército, que atua diretamente na repressão ao garimpo ilegal, seja no controle do fluxo de pessoas ou em ações de apoio à Polícia

Federal (PF) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Em uma dessas ações, os militares colocaram abaixo o barraco de "Bigode", um garimpeiro de 64 anos. Ele é mergulhador em balsas que sugam a terra, maquinário que sumiu das cenas de garimpo em razão das últimas fiscalizações.

"Bigode" é garimpeiro desde 1979. Entre 1981 e 1984, trabalhou em Serra Pelada, no Sudeste do Pará, que atraiu dezenas de milhares de garimpeiros naquela época. Ele era apontador dos homens que carregavam os sacos de terra nas costas, os chamados "formigas". O corpo já dá sinais de esgotamento. "Bigode" diz querer parar.

—Aqui, o minério é pouco e a gente é molestado pela polícia—afirma.

A Constituição Federal veda a exploração de minério em terras indígenas, a não ser que exista autorização do Congresso Nacional e consulta aos índios, o que, até hoje, nunca ocorreu.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Má administração e corrupção têm de ser superadas

Início de um novo ciclo do petróleo, com reforço do gás, dá outra chance para estado, cidade e eleitores

A velha imagem da "tempestade perfeita" se ajusta à perfeição ao Rio de Janeiro, cidade e estado. Cariocas e fluminenses foram atingidos por efeitos negativos de problemas multidisciplinares —na economia, na política, no campo social, na segurança, nesta como reflexo das demais dificuldades. Na política, deve-se reconhecer as más escolhas dos eleitores.

A conjunção de tantos fatores negativos, poucas vezes vista em grandes entes da Federação, gerou perdas severas de renda e emprego. Dados de maio deste ano em comparação a 2014 revelam que a redução do emprego com carteira assinada no período, no estado, foi de 15,4%, o mais elevado do país, praticamente igual aos 15% do estado do Amapá. Nem Minas e Rio Grande do Sul, também em severa crise, apresentaram resultados tão negativos. A média do país foi de uma retração de 5,9%.

Em um prazo mais longo, de 1985 a 2017, 32 anos, o crescimento do emprego formal na economia fluminense foi pífio, o menor: 51,3%, contra 94,3% de São

Paulo; 156,6% de Minas. No Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, 465,2% e 265,4%.

A informalidade é percebida nas ruas do Rio, uma questão nunca enfrentada como se deveria, impedida pelo forte teor de populismo com que se costuma fazer política no estado e na cidade. O perfil da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores do Rio é típico.

Ocorre um círculo vicioso perverso: uma região em que há forte clientelismo — exercido por meio de "centros sociais", cabides de emprego etc — degrada o eleitorado, que assim perpetua o populismo, mesmo com personagens diferentes.

Uma parte da "tempestade perfeita" foi a coincidência entre a queda do preço mundial do petróleo, afetando o recebimento de royalties, e a maior recessão da história do país (2015/16). A receita desabou, e a falha das gestões de Cabral e Pezão, ao engessarem recursos variáveis dos royalties em elevadas despesas fixas (salários e aposentadorias da elite do funcionalismo), quebraram o estado, que teve de aderir ao Programa de Recuperação Fiscal, do Tesouro. Mas não cumpre as metas negociadas em troca da suspensão do pagamento da dívida. Enquanto a prefeitura carioca, por sua vez, não conserva a cidade e, como o estado, está com a rede de saúde em crise.

A perda de participação no PIB nacional, de 1970 a 2016, é relevante. O peso de São Paulo retrocedeu 17,5%, também reflexo de uma saudável desconcentração do desenvolvimento. Já o da economia fluminense caiu 38,7%, o maior entre todos os estados.

Em artigo publicado no GLOBO, o economista Mauro Osorio e a historiadora Maria Helena Versiani analisaram este cenário e lembraram de um perigo iminente: em novembro, o Supremo julga liminar que suspendeu lei que redistribuirá os royalties dos estados produtores de petróleo. Se isso acontecer, o Rio de Janeiro entrará numa crise nunca vista.

MME / ASCOM .